

# UMA VITÓRIA IMPORTANTE

Mas que é apenas um passo num caminho longo que é preciso trilhar,  
para reconstruir estas duas empresas públicas,  
restaurar a fiabilidade e qualidade da oferta,  
E respeitar os direitos dos seus trabalhadores e reformados.

A decisão tomada em Conselho de Ministros no dia 7/1/2016 é o culminar de um longo processo de resistência e luta dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa e da Carris contra o processo agora anulado de privatização destas empresas. Uma luta que atrasou os planos privatizadores do Governo PSD/CDS, que esclareceu e mobilizou sectores crescentes da sociedade (trabalhadores, utentes, autarquias), e que se reflectiu no conjunto de compromissos assumidos antes das eleições por PS, PCP, PEV e BE, de anular a subconcessão destas empresas.

A decisão agora tomada decorre ainda do **agendamento, logo para 27 de Novembro, pelo PCP**, do seu projecto de lei de reversão da reestruturação e da subconcessão do Metro e da Carris, iniciativa discutida e aprovada em conjunto com as iniciativas legislativas do PS, PEV e BE.

É uma vitória importante. Suada e difícil, como bem sabem todos aqueles que, no Metro e na Carris, nos últimos 5 anos, lutaram sistematicamente pelo objectivo agora alcançado. **Mas é apenas um passo mais. Ainda é preciso tratar do resto.**

**Desde logo é preciso acabar com essa suprema imoralidade que é o roubo dos complementos de reforma.** O projecto-lei do PCP apresentado com esse objectivo vai a discussão na Assembleia da República no próximo dia 20 de Janeiro (à tarde), e é importante que, à semelhança do registado a 27 de Novembro, quando da discussão das propostas de reversão das subconcessões, que as galerias estejam preenchidas de trabalhadores e reformados do Metro e da Carris. É um passo importante para que o fim desse roubo se materialize com a aprovação do Orçamento de Estado para 2016.

**Paralelamente, é preciso reverter o conjunto de roubos que foram impostos ao longo dos últimos 5 anos.** Já acabou o roubo de 4 feriados (projecto-lei do PCP aprovado hoje) e o corte nas remunerações do Sector Empresarial do Estado já foi revisto, sendo que o roubo de salários vai diminuir progressivamente até desaparecer em Outubro de 2016 (o PCP não inviabilizou esta medida, mas apresentou a sua proposta alternativa de reposição imediata e integral dos salários, que foi rejeitada na Assembleia da República). Nestas matérias, falta dar três importantes passos: expurgar o **Orçamento de Estado para 2016** do conjunto de roubos e congelamentos (direito ao transporte, anuidades, progressões, refeições, etc) que existem no O.E. 2015; revogar (ou alterar significativamente) o **Decreto-Lei 133/13** que impõe um conjunto de outros roubos para as empresas do Sector Empresarial do Estado; e rever o conjunto das alterações impostas no **Código de Trabalho** que se traduziram em corte de direitos e remunerações.

E depois, ainda fica a faltar o mais importante: **recuperar a fiabilidade e qualidade da oferta pública de transportes** garantida pelo Metro e pela Carris, nomeadamente suprimindo as urgentes necessidades de trabalhadores para fazer face a necessidades operacionais, acabando com a ilegal reestruturação que impuseram (abandonar o projecto de separar eléctricos e autocarros, abandonar a intenção de privatizar a Carristur e a Manutenção do Metro, acabar com a fusão de serviços com a Transtejo e a Soflusa, etc), e restabelecendo o primado da contratação colectiva nestas empresas (e nas suas participadas).

É um caminho difícil no qual a unidade, confiança e determinação dos trabalhadores será decisiva. **É um caminho para o qual podem continuar a contar com o PCP.**

8 Janeiro 2016

sector.transportes@dorl.pcp.pt